

O ETHOS DA EDUCAÇÃO

“Uma tarefa do pensamento humano é tentar perceber a extensão de possibilidades que pode haver num futuro que sempre carrega em suas costas o peso do presente e do passado.”

Borrington Moore Jr.

Heiji Tanaka
Lucineyde Amaral Picelli

Docentes da UNIPAR

Resumo

Sempre que a vida comunitária encontra-se num estado de crise, reaparece no debate público a questão da Ética. Isto porque, a Ética - no seu sentido mais amplo - tem servido ao longo da História como um dos elementos mais fortes que pode manter a coesão social numa época de desintegração de certas normas e valores relacionados à sociedade e à cultura. O presente trabalho é uma reflexão sobre Ética, Educação e Sociedade, uma relação nem sempre clara aos olhos da própria sociedade.

Abstract

Always when the life in community comes across in a crisis condition, appears again in the public debate, the matter of the Ethic. It's because the Ethic - in its wide sense - has served along the History as one of the strongest elements that can keep the social cohesion in a period of desintegration of some rules and values related to the society and to the culture. This work is a reflection about Ethic, Education and Society, a relation not always clear to the eyes of the society itself.

Introdução

Uma discussão acerca do ethos da Educação requer um instrumental analítico que não faz parte das preocupações imediatas da Pedagogia ou das Ciências Sociais: é preciso trabalhar numa perspectiva totalizante que, talvez, somente a filosofia pode nos oferecer. O que está contido na palavra “ethos” é um processo coletivo válido universalmente para todos os indivíduos e que só pode ser considerado à luz de uma dada sociedade. É aquilo que ela (a coletividade) espera obter para os seus membros - e para o seu futuro - que está em discussão.

Numa época em que virou lugar comum afirmar a falência de todo e qualquer projeto coletivo, a discussão parece ser bastante pertinente. Trata-se de tentar desfazer alguns equívocos relacionados à esfera pública e à esfera privada na vida dos indivíduos. Tentemos, pois, recolocar a discussão sobre a esfera pública como o espaço para debatermos as questões coletivas e resgatar a esfera privada como locus privilegiado de onde parte a iniciativa para a constituição dos ideais da vida comunitária.

ÉTICA E SOCIEDADE

Pensar a felicidade humana tem sido uma das tarefas mais duradouras na tradição do pensamento ocidental. Muitos filósofos e moralistas dispensaram o melhor de suas energias em busca dos caminhos que poderiam levar a humanidade a atingir esse ideal. O mito da “Queda do Homem” constitui-se numa das correntes mais fortes que explicam as razões dos males e infelicidades que nos afligem. Contudo, ela possui um sentido estritamente negativo. O que nos interessa aqui é o valor positivo das utopias que acompanharam a história do pensamento ocidental. Essas utopias, bem ou mal, induziram-nos a pensar na possibilidade de realização de um ideal cristalizado na busca da felicidade humana.

Essa idéia da felicidade quase sempre nos remete a uma suposta “Idade de Ouro” perdida ou a ser atingida pelos homens. Na tradição da Filosofia Ocidental, Platão e Thomas Morus se esforçaram em conceber uma comunidade virtuosa e livre onde todos os homens possuíssem direitos e obrigações cumpridas disciplinadamente, de modo até automático. Nessa comunidade inexistia qualquer forma de opressão e tirania - ao menos para aqueles que realizavam as suas tarefas ordeiramente. A “Idade de Ouro” (ao mesmo tempo perdida e a ser alcançada) foi concebida nos moldes de uma moral extremamente rígida, baseada na disciplina voluntária dos membros da comunidade e no indivíduo virtuoso e consciente de seus direitos e suas obrigações públicas.

Enquanto “utopia”, essa idéia floresceu e tomou novos contornos nos séculos seguintes: as lutas contra o despotismo e a miséria social levaram à construção de sistemas de pensamento altamente sofisticados mas que nem sempre evoluíram na direção esperada pelos seus criadores. Basta olharmos os rumos que tomaram as violentas

revoluções e as sangrentas guerras dos últimos séculos para percebermos, assustados, a direção que pode ser tomada por aquilo que alguns filósofos chamaram de “conseqüências involuntárias das ações humanas”. A idéia de utopia - no sentido adotado por Platão e Morus ou mais recentemente da “utopia socialista” - deixamos assustados pelo seu caráter afirmativo radical, que promove o aniquilamento daquilo mesmo que afirma, a saber, as ações humanas.

A vida em coletividade é bem mais complexa do que supõe o pensamento utópico de ontem e de hoje. Ela implica na reunião de inúmeros indivíduos que possuem uma diversidade de pontos de vista, interesses, comportamentos e perspectivas que se encontram (e se chocam) num mesmo espaço. Nessa constelação de vícios e virtudes se entrecruzam os interesses mais mesquinhos aos mais elevados ideais que a humanidade pode desejar para si mesma. Por isso, podemos nos perguntar, com toda razão, se existe realmente alguma possibilidade de uma comunidade aproximar-se o máximo possível desse ideal estabelecido (e talvez desejado) pela mente humana.

A própria razão de vivermos em comunidade merece uma discussão. Os primeiros escritos acerca desse tema levam-nos, necessariamente, à antigüidade clássica. Vivemos em uma associação de indivíduos, porque, se cada um for tomado isoladamente, não se poderá obter a auto-suficiência capaz de satisfazer a todos os nossos desejos - sejam eles materiais ou espirituais. É impensável que cada um possa produzir tudo aquilo de que necessita para a sua sobrevivência e ao mesmo tempo garantir a sua satisfação enquanto ser humano. Tomada dessa forma, a vida comunitária permite uma gratificação que transcende o plano do imediato ou aquilo que é puramente material na existência humana: ela permite, em última instância, a própria reprodução da espécie. No entanto, a vida coletiva não busca

apenas esse fim estritamente biológico da espécie. A vida comunitária permite a criação de um padrão de conduta que somente tem valor a partir do estabelecimento de um referencial. Para Aristóteles, o locus desse referencial encontra-se na vida dos cidadãos da pólis - ou da organização mais elevada de uma comunidade de homens. Na pólis, o homem é concebido em todas as suas dimensões: da sua existência prática (as necessidades materiais), espiritual (os prazeres advindos do ócio) e, o que é mais importante, na sua capacidade de julgamento que lhe permite discernir o justo do injusto, o belo do feio, o bem do mal. Ou seja, a vida comunitária permite ao homem julgar aquilo que é benéfico para todos, ou, em contrapartida, aquilo que se apresenta como nocivo para a pólis. A esse substrato que permite a escolha entre a virtude e o vício é o que denominamos ética. Daí a necessidade da vida comunitária. Segundo Aristóteles, a qualidade singular do homem “está em que apenas ele possui a percepção de bem e mal, do justo e injusto, e de outras qualidades similares; e é a associação numa percepção comum dessas coisas que constitui uma família e uma pólis”.

Existe, porém, um ponto crítico subjacente ao pensamento de Aristóteles quanto à formação da pólis: o que motiva os homens a aceitarem a vida comunitária e a adquirir e obedecer os preceitos morais dados como consensuais? Em Aristóteles, essa adesão ocorre de forma harmoniosa e voluntária: a idéia do bem comum transcende os interesses particulares.

Um outro ponto de vista, radicalmente diferente, será oferecido pela Filosofia Moderna de Thomas Hobbes no século XVII. Para Hobbes, a vida comunitária não se constitui em uma condição intrínseca ao homem. Ao contrário, ela irá se constituir somente mediante a ameaça que paira sobre todos os homens no estado de natureza: o medo da morte violenta. Isto porque, no estado de natureza reina o caos da luta de todos contra todos: “O homem é o lobo do homem”. Como não existe

nenhum controle regulador da luta de todos contra todos, a morte é uma ameaça freqüente à vida dos homens. E essa luta acaba por constituir um reino de violência que ameaça extinguir a própria espécie.

Para romper com o estado de natureza - de violência generalizada - seria preciso erigir um conteúdo de normas e leis que abrangessem a todos os indivíduos. Essas leis deveriam servir como um anteparo à violência de todos contra todos, ou seja, os mais fracos não mais temeriam a “morte violenta”, assim como os mais fortes se veriam freados no seu impulso de subjugar os mais fracos diante da ameaça de sanções contra o seu comportamento. Por isso, seria preciso que, ao contrário do estado de natureza onde todos encarnavam as leis, apenas um passasse a comandar a vida coletiva, encarnasse a autoridade das leis e fizesse com que estas fossem acatadas sob a ameaça de punição aos que não se enquadrassem nas normas estabelecidas. Essa figura estaria revestida do poder soberano de julgar sem ser julgado por ninguém, pois o seu objetivo é o de manter a paz e a ordem. Isso significa que todos abririam mão do seu poder de julgar em favor do poder soberano. De acordo com Hobbes, “era necessário que houvesse uma medida comum de todas as coisas que poderiam gerar controvérsias” como por exemplo o que é a justiça, o bem, o certo, etc.

Do ponto de vista hobbesiano, a integração à vida comunitária realiza-se apenas mediante a coerção: o medo da morte violenta ou o medo da punição por parte do poder soberano caso ocorra uma transgressão das leis. Se em Aristóteles, a pólis se constitui no ponto de chegada da civilização, em Hobbes, a vida comunitária está sempre por um fio: sob o olhar vigilante do poder soberano ou sob a ameaça da desintegração da vida coletiva e a recaída ao estado de natureza. Não haveria um meio termo entre a concepção harmoniosa da pólis e o estado de guerra em potencial da comunidade hobbesiana?

Ingressamos, assim, no cerne da discussão sobre a Ética que envolve a sociedade contemporânea. Reconhecidamente, não podemos esperar que a vida em comunidade se desenvolva num fluxo harmônico e voluntário tal como na pólis concebida por Aristóteles, assim como não é desejável que a vida comunitária somente possa subsistir através da coerção imposta pelo onipresente poder soberano. Deve existir um meio-termo razoável que permita a realização dos interesses comunitários ao mesmo tempo em que agregue os interesses individuais sem solapar as bases nas quais a vida em sociedade está apoiada. Sem essa possibilidade, estaremos mergulhados num mundo onde a vida transcorre apenas se garantida pelas virtudes do cidadão onisciente ou se existir uma séria ameaça para frear os nossos instintos de dominação e subjugação dos mais fracos. Na verdade, esses dois pólos devem se complementar naquilo que trazem de positivo para a possibilidade de organizarmos a vida em comunidade.

A resposta a essa questão talvez seja encontrada na relação sempre tensa entre moralidade pública e moralidade privada. É inegável que nem sempre existe a coincidência entre o interesse individual e o interesse da coletividade. Para Aristóteles, o que vale é a moralidade cívica que garante a harmonia e o bem-estar da pólis. Em Hobbes, é preciso moldar a moralidade pessoal - caso contrário, a vida comunitária degenera na violência do estado de natureza. Contudo, se olharmos mais atentamente, percebemos que as duas concepções se unem para edificar uma comunidade que busque completar-se na sua constituição. A realização da felicidade humana a que nos referimos no início encontra seu maior obstáculo nessa delicada e sempre conflituosa relação entre o indivíduo e a coletividade.

Com efeito: se permitirmos que a ambição sem freios dos homens governe a vida comunitária, o resultado será a mais completa anarquia. Ninguém irá medir esforços para conquistar aquilo que

supostamente lhe é garantido como um direito. Assim, toda vida comunitária degenera em violência e na ausência de qualquer referencial para os nossos juízos. Por outro lado, se for dada completa autonomia à moralidade pública, o resultado será uma vida comunitária vazia de conteúdo, visto que se anula o seu componente básico que são os indivíduos em sua pluralidade de interesses e multiplicidade de comportamentos e perspectivas. Ou seja, nada garante que a dimensão moral do homem estará, obrigatoriamente, contida no seu comportamento público. Por ora, devemos ficar com as palavras proferidas por Bertrand Russell: “Sem a moralidade cívica, as comunidades perecem; sem a moralidade pessoal, sua sobrevivência não tem valor.”

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE

A sociedade em que vivemos não se aproxima de nenhuma das comunidades (de certa forma, opostas entre si) que descrevemos anteriormente. A pólis grega, concebida por Aristóteles, podia dar-se ao luxo de buscar a moralidade cívica em sua essência mais profunda, pois o cidadão estava livre da tarefa de produzir diretamente a sua sobrevivência material, fazendo do ócio o meio para alcançar o pleno desenvolvimento da pólis. Sendo assim, é impossível conceber a pólis sem o seu substrato material, a saber, a escravidão. Tampouco a pólis contemporânea pode ser comparada de modo absoluto à comunidade hobbesiana controlada dia e noite pelo poder soberano onipresente. Bem ou mal, a sociedade contemporânea criou mecanismos para a proteção da vida individual, inserindo normas e leis que são acatadas, em princípio, não pela ameaça de sanções mas pela plena e consciente aceitação por parte dos membros da sociedade. No entanto, em alguns momentos, temos assistido a muitas cenas que nos desagradam: a inexistência de qualquer moralidade cívica que gera a corrupção e o abandono da coisa pública, ao mesmo tempo

em que cresce o medo em relação à desintegração do tecido social por causa do colapso do poder soberano. No primeiro caso, basta folhearmos os jornais de todos os dias para termos uma idéia do nível a que chegou a ausência de moralidade pública em nossa sociedade; no segundo, fatos como os que estão ocorrendo nas favelas de São Paulo e do Rio de Janeiro falam por si mesmos. Ambos os casos são inter-relacionados e se alimentam reciprocamente. As crescentes desigualdades sociais geram uma situação de medo, violência e criminalidade, que não encontram obstáculo nem mesmo nos poderes constituídos. Concomitantemente, o descaso pela coisa pública e pelos interesses da coletividade criou um sentimento de indiferença de todos e por todos. Numa comunidade onde cada um enxerga apenas o seu interesse imediato, o cumprimento das normas e das leis passa a ter um valor secundário. A própria idéia de poder soberano se esvanece na fogueira da indiferença. Pois, se não existe moralidade cívica para lidar com as questões coletivas, tanto menor o sentido em preservar a moralidade pessoal na conduta do dia-a-dia. É o retorno a uma anarquia bem próxima do estado de natureza hobbesiano onde todos se julgam como os portadores da Lei e o que tem valor é a astúcia, a coragem para dominar o outro, a ambição desenfreada para obter prestígio e privilégios. Sendo um político corrupto ou um traficante de drogas, um empresário sonegador ou um motorista que suborna a autoridade policial, não existe uma diferença substantiva - apenas de grau. Todos estão, através da transgressão das normas, buscando a obtenção de poder, prestígio e privilégio. Desaparece, assim, o sentimento de pertença a uma coletividade (a moralidade cívica) e a necessidade de cumprir um código de conduta que deve (e merece) ser respeitado (a moralidade pessoal).

E o que tem a Educação a ver com isso?

Pensamos que, independentemente do ângulo que se olhe para a Educação, ela tem tudo a ver com

“isso que está aí”. A Educação - dependendo da forma como seja trabalhada - pode servir como uma variável mediadora dos conflitos que se manifestam na sociedade contemporânea. Pois, ninguém - nem mesmo os defensores da mais ampla permissividade - desejam viver eternamente numa coletividade que não possui nenhum princípio moral que sirva como ordenador do comportamento individual. Ninguém, em sua consciência, gosta de ser enganado todos os dias por outras pessoas mais “espertas” ou mesmo pelas autoridades constituídas que não conseguem efetivar o cumprimento mínimo das normas e das leis para assegurar a paz e a ordem. Mesmo porque, na atual configuração, parece faltar um elemento crucial para o exercício da autoridade: a legitimidade. Quando a moralidade, seja ela pública ou individual, degenera no egoísmo extremo, não há norma que resista enquanto elo de ligação entre os membros da comunidade. Por isso, tem-se impressão de que o colapso da “pólis” decorre apesar e por causa de um poder soberano que é incapaz de fazer valer as normas de convívio social. Podemos conceber a Educação de várias maneiras, mas em todas elas está implícita a perspectiva que define a constante tensão entre os princípios do comportamento individual e a busca de bem-estar da coletividade. Da concepção positivista da Educação, que prega a inserção de valores sociais e a alteração do comportamento do indivíduo com vista à sua socialização, até a idéia marxista de que a Educação é uma forma de reproduzir os valores (e vícios) da classe dominante, encontramos a preocupação de moldar a vida comunitária e atenuar a tensão entre o indivíduo e a coletividade. E se tomarmos apenas essas duas correntes como parâmetros da nossa reflexão, poderemos encontrar um ponto comum entre elas.

Pois, se desejarmos realmente inserir alguma mudança no comportamento dos indivíduos, temos que introduzir o elemento da crítica ao “mundo vivido” sem o qual não se realiza a internalização

desse comportamento. Ao mesmo tempo, se combatemos (e devemos combater) a idéia de Educação enquanto reprodução dos vícios e preconceitos da classe dominante, é porque aspiramos introduzir novos componentes reflexivos (também críticos) que possibilitem a superação da consciência alienada. Nesse contexto - e vale ressaltar, apenas nesse - existe uma coincidência de propósitos na perspectiva conservadora (positivista) e a perspectiva crítica (marxista) da Educação. Essa coincidência, involuntária, é verdade, serve-nos para reorientar a reflexão acerca da relação entre Educação e Sociedade.

Talvez possamos agora estabelecer uma concepção de Educação que sintetize a busca (necessária) de inserir os valores sociais, moldando o comportamento individual e a aspiração de impedir que essa Educação sirva apenas aos propósitos da reprodução do exercício da dominação e exploração de classe. Chamemos a essa concepção de “perspectiva iluminista”.

O Iluminismo ou a Ilustração foi um amplo movimento filosófico e literário que se desenvolveu na Europa no século XVIII. Para os iluministas, o homem estava fadado a se tornar livre da opressão e da tirania do pensamento místico através do esclarecimento. Nas palavras de Kant, tratava-se de “libertar o homem do seu estado de menoridade”. Nesse sentido, o esclarecimento não se constitui apenas em uma “visão de mundo” através da qual podemos observar o universo ao nosso redor de modo sistematizado. Ao contrário, a perspectiva iluminista concebe o homem como o portador da Razão, capaz de fazer uso dela de modo autônomo sem a tutela de outrem que o mantém preso à sua menoridade. Nas palavras de Sérgio Paulo Rouanet, “o ideal iluminista é o da auto-formação, da Bildung individual, o que pressupõe a apropriação da cultura pré-existente, mas pressupõe também a possibilidade permanente de romper com os modelos e normas dessa cultura”.

Está implícita nesse processo de auto-formação do indivíduo a possibilidade de construir (ou reconstruir) a vida comunitária. Através do sujeito emancipado que reconhece, no outro, não uma ameaça em potencial, mas um igual (portador de direitos e deveres), poder-se-ia estabelecer as condições mínimas para a existência de uma moralidade cívica. A tensão entre moralidade pública e moralidade individual não desapareceria; tampouco a pluralidade teria que ser suprimida. Porém, seria colocado um elemento mediador capaz de suportar os perigos de pender a balança para um dos lados. Esse elemento seria a tolerância. Isso posto, torna-se fácil observar a profundidade da relação entre Educação e Sociedade, numa época de desintegração dos princípios ordenadores desta última, por causa da constante transgressão das normas e das leis que vigoram. A Educação pode repor a questão sempre crucial de que não podemos ir muito longe, se a moralidade cívica e pessoal não forem reconstruídas em bases mais sólidas e, ao mesmo tempo, mais abertas. Pode ser que, através da Educação, consigamos redefinir os valores que desejamos que façam (e precisam fazer) parte da nossa vida individual e comunitária. Como bem lembrou o economista Eduardo Gianetti da Fonseca, “ao contrário dos atributos físicos do corpo, crenças e sentimentos morais não são transmitidos geneticamente entre gerações”.

ÉTICA, EDUCAÇÃO E LIBERDADE

Como vimos, a vida em coletividade apresenta um elevado grau de complexidade que não pode ser, simplesmente, eliminada por uma força superior. Existem inúmeras diferenças em seu interior: interesses divergentes, condutas contraditórias, pluralidade de opinião. A questão não está em como eliminá-las, mas sim, como torná-las compatíveis para que os interesses individuais não prevaleçam sobre os interesses da comunidade e esses não cheguem a sufocar as aspirações (legítimas) de cada um dos seus membros. Mesmo

porque a experiência histórica nos mostra que, cada vez que se tentou criar um mundo perfeito, o preço pago foi alto demais e os benefícios praticamente nulos. Basta recordarmos as experiências recentes do Nazi-Fascismo ou do Stalinismo para confirmar o que estamos falando. Não se educa moralmente uma sociedade - mesmo através da constante ameaça e coerção. Nisso, Hobbes estava equivocado. O medo pode fazer com que as normas sejam seguidas temporariamente. No entanto, quando os olhos vigilantes do poder soberano se fecham, o medo também desaparece. Jamais se poderá, através do medo, atingir a obediência como um padrão ético no sentido de seguir uma norma, porque ela é justa. Na ânsia de construir uma comunidade perfeita, os regimes totalitários esqueceram-se das palavras de Bertrand Russell e anularam qualquer manifestação individual.

E como se manifesta essa individualidade?

A individualidade só pode se manifestar, se existe liberdade de escolha. Escolher entre pagar ou não os impostos, proteger ou não as crianças e os velhos, lutar contra ou permanecer passivo em relação às injustiças sociais e a degradação moral do nosso semelhante, tudo isso faz parte do leque de escolhas que temos que fazer todos os dias de nossas vidas. A escolha cabe apenas ao indivíduo e em cada uma dessas escolhas existirá um valor a ser dado. Nem todos escolherão sempre a mesma opção e aí cabe o valor que é reconhecido em cada escolha que for feita. Sem essa opção de escolher entre o que achamos certo, justo e correto, não existe a possibilidade de julgarmos os nossos atos moralmente. Se afirmo que determinado comportamento é moralmente louvável (por exemplo lutar pela proteção das crianças abandonadas ou pagar corretamente os impostos) é porque existem parâmetros para tal julgamento. No entanto, é preciso lembrar que esse julgamento é sempre subjetivo e a sua validade objetiva não tem como ser demonstrada. Talvez seja essa a essência da liberdade de julgamento.

Portanto, a Educação que visa o esclarecimento do homem, é uma Educação para a liberdade. A escolha a ser efetuada depende da consciência individual de cada membro da comunidade. Somente assim o indivíduo torna-se capaz de julgar um ato conscientemente, suspendendo os seus preconceitos e internalizando uma conduta cívica e pessoal. É claro que essa consciência não fará desaparecer a permanente tensão entre os interesses individuais e os interesses da coletividade, porém, vai permitir a concretização de uma operação ainda mais importante se aceitamos o pressuposto da pluralidade dos interesses existentes na vida social. O indivíduo pode vir a fazer a separação entre o desejável (aquilo que é do seu interesse) e o desejado (aquilo que é fundamental para a obtenção do bem-estar coletivo). Sem essa possibilidade de fazer escolhas - e errar ao escolher - não existiria valor na liberdade.

Nesse ponto, o princípio ético torna-se o fator primordial para a realização da liberdade. Se podemos fazer tudo o que nos vem à cabeça, obter ganhos da maneira que for mais conveniente e fácil, fazer do espaço público o meio para realizar os interesses pessoais, então, toda pretensa liberdade que temos em mãos não tem valor nem para mim nem para os outros. Na ausência de qualquer princípio moral (de julgamento) que possa mediar os interesses individuais e os coletivos, a comunidade se perde em meio a um processo liberticida. Constrói-se, assim, um edifício amoral, desprovido de qualquer base de sustentação e a vida coletiva está sempre por um fio - quando não degenera na mais completa anarquia, devido à inexistência de qualquer norma que regule a conduta dos indivíduos. Numa sociedade permissiva e tolerante, com as contínuas transgressões, a tendência é justamente essa.

A partir do momento em que se perde a dimensão do individual e do coletivo - mesmo que numa relação não harmônica - o resultado é a universalização dos interesses particulares. O particular

compreendido aqui não como a defesa das aspirações e interesses individuais, mas enquanto a manutenção de certos privilégios de determinados grupos da sociedade. Resulta daí uma onda de intolerância que aniquila o que é individual e o que é coletivo simultaneamente, gerando crescentes ondas de fanatismo e violência. A moralidade individual desaparece de cena, enquanto a moralidade pública aparece como um mosaico de interesses particulares que são universalizados à força pelos mais poderosos. Inexiste, portanto, qualquer princípio ético na conduta humana: entramos no reino do “vale tudo”. Essa ameaça é tão mais séria quando se olha para o lado das atitudes dos agentes envolvidos. Como não existe nenhum valor nas decisões que tomamos, o falar e o fazer se unificam no mesmo universo da locução. Abre-se um enorme abismo entre o que se fala e o que realmente se faz. Isso é perceptível em qualquer conversa de bar. Em público, somos todos seguidores dos princípios éticos mais elevados: honestos, trabalhadores e justos. No trânsito, ninguém fica parado em fila dupla e todos obedecem às placas de sinalização; ninguém corrompe a autoridade policial quando flagrado em excesso de velocidade; e todos são liberais quanto à igualdade dos sexos. Porém, o que encontramos na prática? Pessoas que se gabam de ter-se safado de uma multa no trânsito, motoristas parados em fila dupla diante das escolas e homens que despejam preconceitos contra as mulheres. Sem falar no preconceito racial numa sociedade em que ninguém se considera racista. Ou seja, tudo o que foi dito pelas palavras se desfaz com os atos.

Então, toda a responsabilidade por “isso” que encontramos no nosso cotidiano é colocada nas altas esferas do poder público. As autoridades são corruptas, não evitam a criminalidade e a violência, os policiais são subornados pelos bandidos, as escolas não funcionam por causa da falta de verbas que foram surripiadas do Erário e a nação não tem mais jeito. E nessa filosofia de

botequim, a única solução é mandar descer mais uma cerveja.

No entanto, apesar de “todos” saberem quais são os problemas que devem ser atacados e “todos” apresentarem uma moralidade pessoal inatacável, o resultado da nossa vida comunitária é “tudo isso” que encontramos no cotidiano de nossas vidas. Essa enorme distância que separa as palavras e os atos nos faz repensar a questão nevrálgica da Ética: a relação entre liberdade e responsabilidade, dos direitos e deveres do indivíduo. Sem essa reflexão, a Ética perde o seu fundamento e a própria razão de existir. É preciso que ocorra uma discussão acerca dos atributos morais que fazem parte dos membros da comunidade sem o que não podemos compor o universo ético que irá regular os interesses pessoais e coletivos.

O título do presente ensaio, “O ethos da Educação” contém uma grande promessa. Espera-se que a Educação - um processo ao mesmo tempo subjetivo e coletivo - prepare os homens de amanhã para atuarem na esfera pública e sejam virtuosos na esfera privada de suas vidas. Parafraseando os ideais do Iluminismo, espera-se que os homens, de hoje e de amanhã possam ser reconhecidos na sua universalidade de homens, detentores da liberdade de ação, iguais na sua condição de indivíduo e cidadão e merecedores do mais alto reconhecimento de sua dignidade perante os outros. São esses os pressupostos básicos que devem ser respeitados na tensa relação entre a moralidade cívica e a moralidade pessoal. Temos que conectar novamente os elementos que possam proporcionar as condições mínimas para a vida em comunidade sem o que mergulhamos no obscurantismo, na cegueira da tirania e das injustiças. Negamos, assim, os valores mais elevados da tradição ocidental, capazes de proporcionar um mínimo de felicidade ao homem: a liberdade, a igualdade e a dignidade.

Se “cada época sonha a seguinte”, como pretendia Jules Michelet no século passado, podemos afirmar que somente homens livres e iguais poderão sonhar

o seu próprio futuro e construir um mundo digno para as novas gerações.

Conclusão

A vida coletiva (comunitária) apresenta algumas nuances difíceis de serem apreendidas à primeira vista. A Educação, como um dos elementos que compõem a vida comunitária, também se apresenta, em alguns momentos, carregada de uma certa ambigüidade na sua razão de existir. Contudo, a nossa pretensão foi a de mostrar - com a maior clareza possível - o papel que a Educação pode desempenhar na elaboração de um projeto coletivo, capaz de respeitar os interesses individuais (aquilo que é desejável por cada um dos membros da sociedade) e os interesses da coletividade (aquilo que é desejado para a busca do bem-estar da comunidade). O ponto médio dessa relação - como assinalamos - sempre conflituosa, somente poderá ser alcançado mediante o consenso entre sujeitos livres e iguais no uso de suas faculdades.

Por isso, ao contrário de tentar encerrar esse trabalho fazendo afirmações que sintetizam as nossas expectativas, restam-nos muito mais indagações do que respostas a oferecer. Pois, como foi afirmado em nossa epígrafe, carregamos não apenas o peso do presente e do passado, mas também a responsabilidade de vislumbrar as possibilidades abertas para o futuro.

Bibliografia

- 1 - BERLIN, Isaiah. "A busca do Ideal" in **Os limites da Utopia**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- 2 - FONSECA, Eduardo Gianetti da. **Vícios privados, benefícios públicos?** São Paulo: Companhia das Letras 1994.
- 3 - GIANOTTI, José Arthur. "Moralidade pública e moralidade privada" in NOVAES, Adauto (org). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- 4 - KANT, Immanuel. Textos Seletos. Trad.: Raimundo Vier e Flaviano S. Fernandes. 2.^a ed. Petrópolis, Edit. Vozes, 1985.
- 5 - MARX, Karl et ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 5.^a ed. São Paulo: Hucitec, 1986.
- 6 - ROUANET, Sérgio Paulo. "Iluminismo ou barbárie" in **Mal-estar na modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.